

**A Nova TV Brasil:
Um estudo sobre o conteúdo jornalístico produzido pela EBC no governo
Bolsonaro ¹**

Ariane Carla PEREIRA²
Renatha Maria GIORDANI³

Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO, PR
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, SC

RESUMO

Ao ser criada 2007, a partir de grande pressão de membros da sociedade civil organizada em prol da amplificação democrática, a Empresa Brasil de Comunicação tinha o intuito de nadar contra a maré e ser a primeira experiência de jornalismo público do Brasil. Com uma implementação tardia e pouco estruturada, após as mudanças no cenário político, em 2016, o governo de Michel Temer altera a constituição da EBC, dissolve seu conselho diretor e a absorve para dentro de seu governo. Seguindo a mesma estrutura, Jair Bolsonaro, que durante campanha afirmou que iria “acabar” com a EBC em diversos momentos alegando não entender seu funcionamento, assina o Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019, que vincula a EBC à Secretaria Especial de Comunicação Social do governo federal, e em abril de 2019 nasce a Nova TV Brasil, ou a chamada, TV Bolsonaro. O objetivo deste projeto é investigar as transformações que aconteceram na TV Brasil através dos conceitos de comunicação pública, entendendo o panorama da regulamentação da radiodifusão brasileira e as alterações que aconteceram na sua estrutura até chegar a Nova TV Brasil no início de 2019. Em tempos de crise na democracia brasileira e de ataques ao jornalismo é de suma importância que possamos debater o papel de uma comunicação pública. Razão pela qual este projeto buscou entender se o telejornalismo praticado sob a égide de Bolsonaro se configura ou não como telejornalismo público. O conceito de Comunicação Pública pode ser amplo e, por consequência, genérico. Na literatura, podemos encontrar diversas perspectivas que definem a Comunicação Pública sob uma ótica legal e conceitual, se por um lado é comunicação polifônica e plural a serviço do cidadão, por outro é um dos modelos de

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 16 a 18 de junho de 2022.

² Professora Doutora Ariane Carla Pereira, titular do departamento de Comunicação Social na Universidade Estadual do Centro Oeste – Unicentro, Guarapuava – Paraná. email@gmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Jornalismo na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis – Santa Catarina. renathagiordani@gmail.com.

radiodifusão estabelecida pela Constituição Federal Brasileira. Os debates e embates sobre a regulamentação da mídia brasileira passou por um caminho tortuoso ao decorrer da história do País. Desde a implementação das primeiras regulamentações, ainda em 1934, passando pela criação dos ministérios das comunicações e agências regulamentadoras em 1967, até a criação da radiobrás e empresas estatais de comunicação a partir de 1975, chegando a inserção de empresas privadas monopolísticas e oligopolistas na redemocratização do Brasil e criação da Lei do Cabo. O histórico brasileiro mostra como tais avanços estiveram ancorados em interesses políticos e econômicos de cada governo. Contudo, representantes da sociedade civil se mobilizam em favor da democratização da mídia através de mudanças na política de concessões da mídia eletrônica. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) é um exemplo de entidade que atua nessa linha desde 1970. Em 1984 é criada a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, porém, o movimento só ganhou força em 1991, com a criação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. A estrutura para uma Comunicação Pública fundamentada em preceitos democráticos foi idealizada durante o I Fórum Nacional de TVs Públicas, realizado em maio de 2007, em Brasília. Inicialmente, ela esteve ancorada na Medida Provisória 398, editada em 10 de outubro de 2007 pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva. Foi no ano seguinte, no dia sete de abril, que a TV Brasil e a EBC passaram a ser amparadas pela lei 11.652. A Empresa Brasil de Comunicação herdou os canais de rádio e TV até então geridos pela Radiobrás e pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp), com o objetivo de unificar e gerir as emissoras federais já existentes, de modo a possibilitar a implantação da Rede Nacional de Comunicação Pública e, conseqüentemente, a democratização da mídia. Todo esse cenário se alterou pelas mãos de Temer, em setembro de 2016 acaba sua interinidade e ele passa a ser presidente, assim, através da Medida Provisória 744/2016, o político extingue o Conselho Curador e alterar a Lei de criação da Empresa Brasil de Comunicação. Em 23 de abril de 2018, o então presidente da EBC, Laerte Rimoli, e o Secretário de Comunicação da Presidência da República, Márcio Freitas, apresentam um documento de realinhamento da estratégia da EBC que orienta as atividades da empresa para o fortalecimento da comunicação do Estado, voltando toda sua programação exclusivamente para o governo, incluindo o controle da TV Brasil. Contudo, esse vínculo só é regulamentado através da Lei nº 9.660, assinada no dia 1º de

janeiro de 2019, uma das primeiras medidas do governo de Jair Bolsonaro. O texto vincula a EBC à Secretaria de Governo, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social. Se durante a campanha presidencial o então candidato do PSL pregava o fechamento da rede por ele chamada de TV Lula, já eleito e no governo, Bolsonaro muda de ideia, não só mantendo a emissora no ar como a reestruturando em diversos pontos de vista – pessoal, grade e linha editorial e, assim, no dia 10 de abril entra no ar a “Nova TV Brasil”. Na reportagem de anúncio da Nova TV Brasil no site da Agência Brasil, publicada no dia nove de abril de 2019, Vancarlos Alves, gerente executivo da TV Brasil, explicou que a reestruturação levava em consideração o interesse público das ações do novo governo. Com a mudança, a grade da Nova TV Brasil incorporou conteúdos antes transmitidos pela TV estatal, como os *flashes* transmitidos ao vivo, ao longo da programação diária, de atos e ações do Governo Federal, em especial a Presidência da República, chamado *Governo Agora*. Outros programas incorporados à grade da TV Brasil nesse momento também têm como objetivo defender as opiniões e os debates pró-bolsonaro. Uma delas é o *Impressões*, programa de 30 minutos com entrevistas sobre temas variados que tem aberto seu espaço para personalidades, autoridades e políticos governistas. Outro fomentador do executivo é o programa *Brasil em Pauta*, traz ministros e secretários especiais de governo discutindo políticas da gestão. O governo Bolsonaro é considerado o mais militarizado desde a ditadura de 1964, essa característica também fica evidente em programas da nova grade. O *Brasil em Obras*, por exemplo, tem por objetivo mostrar as principais obras realizadas pelo exército brasileiro, como rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. Já os programas *Fortes do Brasil* e *Faróis do Brasil* são atribuídos à Marinha. E por fim, *Missão Antártica* é voltado ao feitos de militares da Força Aérea Brasileira. Entre as novidades da grade estão também o *Brasil na Faixa*, um espaço para a contemplação do país e o *Agro Nacional* que focado no campo traz produção agrícola, inovações tecnológicas, cobertura de feiras e festas pecuárias. No jornalismo as mudanças também foram significativas. O telejornal *Repórter Brasil Manhã* foi substituído pelo *Brasil em Dia*. Em uma das ações mais criticadas, o *Telejornal Repórter Maranhão*, produzido há mais de 35 anos, foi extinto da emissora, assim como os regionais de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, negando o caráter constitutivo da TV Brasil de prezar pela regionalidade das produções. No ar desde a criação da TV Brasil em 2007, o Repórter Brasil (RB) é o telejornal vitrine da emissora e é exibido de segunda à sexta. O RB tem

como objetivo se diferenciar do conteúdo produzido por emissoras de televisão comerciais e, assim, sua proposta seria mostrar práticas cidadãs e incluir a participação pública nas notícias, priorizando a pluralidade de vozes (Coutinho; Meirelles; Chaves; 2012). Diante das transformações passadas pela TV Brasil é que a presente pesquisa busca investigar se a Nova TV Brasil se caracteriza como telejornalismo público. Para entender toda a polifonia presente no material audiovisual do Repórter Brasil compreende-se que o modelo de método mais pertinente é Análise da Materialidade Audiovisual. A metodologia criada no Núcleo de Jornalismo Audiovisual da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) busca englobar todas as dimensões do objeto observado para, assim, estabelecer eixos e parâmetros de avaliação sem desconsiderar quaisquer elementos paratextuais. Usando a metodologia da materialidade audiovisual aliada aos princípios da TV Pública, ambas propostas por Iluska Coutinho, a análise compreende a cobertura noticiosa da Nova TV Brasil a partir das alterações de programação a partir de Abril de 2019, período em que entra em vigor as principais alterações de grade, assim como o conteúdo transmitido pelo telejornal vitrine da emissora, o Repórter Brasil. Este escopo resultou na captação de 86 vídeos submetidos a metodologia para compreensão dos aspectos paratextuais do telejornal, a emolduração do programa e de suas reportagens, as promessas e sua anunciação para com telespectador que corroboraram para, através da materialidade audiovisual, elaborar fichas de avaliações descritivas e interpretativas para análise dos telejornais. Para isso, foram utilizados os princípios e objetivos da Empresa Brasil de Comunicação, através dos artigos 2 e 3 do Decreto 6.689/2008 e do *Manual de Jornalismo da EBC* a fim de estruturar as ideias estabelecidas a seguir e nortear os critérios para a análise do telejornal. Por fim, a resposta foi negativa, a Nova TV Brasil assume o papel de ser uma porta voz de Bolsonaro, com uma grade altamente governista, militarizara e que polariza os debates públicos em detrimento do presidente, a Nova TV Brasil é um marco histórico de desmonte e apropriação da comunicação pública para fins governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Telejornalismo Público; Nova TV Brasil; Governo Bolsonaro; Comunicação Pública.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso: A comunicação pública a serviço da vaidade particular**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito et al. Conceito de comunicação pública. In: MATOS, Heloísa (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007, p.1-33. Disponível em: <http://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2016/07/Historia-da-Comunica%C3%A7%C3%A3oP%C3%ABblica.pdf>

BRASIL DE FATO. **Mudança na TV Brasil pode tornar emissora um meio de propaganda do governo Bolsonaro**. Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/11/mudanca-na-tv-brasil-pode-tornar-emissora-um-meio-de-propaganda-do-governo-bolsonaro/>>

CONSELHO CURADOR EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **RECOMENDAÇÃO N ° 03 / 2016 /CC Dispõe sobre a necessidade de equilíbrio na cobertura jornalística dos veículos da EBC e cumprimento do Manual de Jornalismo da Empresa**. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/recomendacao_03_2016_-_necessidade_de_equilibrio_da_cobertura_jornalistica_0.pdf,>

BRITTOS, Valério Cruz. Televisão, regulação e democracia na contemporaneidade. In: DEL BIANCO, Nélia R. CABALLERO, Francisco Sierra; GALINDO, Juan Antonio García; RAMOS, Murilo César. (Orgs.). **Políticas de comunicação e da cultura: contribuições acadêmicas e intervenção social**. Brasília: Casa das Musas, 2010, 25-35.

CONSELHO CURADOR EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **RECOMENDAÇÃO N ° 03 / 2016 /CC Dispõe sobre a necessidade de equilíbrio na cobertura jornalística dos veículos da EBC e cumprimento do Manual de Jornalismo da Empresa**. Disponível em <http://www.ebc.com.br/institucional/sites/_institucional/files/atoms/files/recomendacao_03_2016_-_necessidade_de_equilibrio_da_cobertura_jornalistica_0.pdf,>

COUTINHO, **A informação na TV pública**. Florianópolis. Insular, 2013.

COUTINHO, Iluska. Narrativas plurais e diversas? As promessas e políticas para o jornalismo em uma emissora de tv pública brasileira. In: EMERIM, Cárlica; FINGER, Cristiane; PORCELLO, Flávio (Orgs.). **Telejornalismo e Poder**. Florianópolis: Insular. 2016, p. 225-240

COUTINHO, Iluska. Telejornalismo e Público: sobre a natureza do serviço e das parcerias. In: VIZEU, Alfredo; MELLO, Edna; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (orgs.). **Telejornalismo em Questão**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 175-192.

COUTINHO, Iluska; FALCÃO, Luis Felipe; ALMEIDA, Pedro Ivo Nunes. Faça o que digo, mas não faça o que eu faço: a Comunicação Pública anunciada pela TV Brasil e sua perspectiva pós-dissolução do Conselho Curador da EBC. **Comunicação & Sociedade**, v. 40, n. 3, p. 157-194. set-dez. 2018.

FAXINA, Elson. **Do mercado à cidadania - O desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira**. TESE. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação. São Leopoldo: Unisinos, 2012. Disponível em <http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/tede/ElsonFaxina.pdf>>

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **EBC unifica canais público e estatal e viola Constituição**. Disponível em <<http://fenaj.org.br/ebc-unifica-canais-publico-e-estatal-e-viola-constituicao/>>, Acesso em 13 de maio de 2019.

LIEDTKE, Paulo; AGUIAR, Itamar. **Políticas públicas de comunicação no Governo Lula (2003-2010): avanços e retrocessos rumo à democratização do setor**. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2011, Recife. **Anais do Intercom 2011**. São Paulo: Intercom, 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **MPF entra com ação para garantir separação entre a TV Brasil e canal do Executivo**. Disponível em <<http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-entra-com-acao-para-garantir-separacao-entre-a-tv-brasil-e-canal-do-executivo-1> >

PAULINO, Fernando Oliveira. **Responsabilidade Social da Mídia: Análise conceitual e perspectivas de aplicação no Brasil, Portugal e Espanha**. Brasília: Casa das Musas, 2009.

RAMOS, Murilo César. Estado e Comunicação no Brasil. In: _____; DEL BIANCO, Nélia R (Orgs.). **Estado e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2008, p. 23-34.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão**. São Paulo: Unesp, 2011.

SANTOS, Luiz Alberto dos. O marco regulatório da Comunicação Social Eletrônica no Brasil. In: RAMOS, Murilo César; DEL BIANCO, Nélia R (Orgs.). **Estado e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2008, p. 43-58.

SCORSIM, Meister Ericson. **TV digital e comunicação social: aspectos regulatórios: TVs pública, estatal e privada**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.